

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE  
Audiência Pública 28/out/2025

# Itaipu: custos socioambientais

Claudio Sales  
Presidente do Instituto Acende Brasil

# “Custos socioambientais” na tarifa de Itaipu

## OBJETIVO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

- A deputada Adriana Ventura (REQ 318/2025) requisitou esta audiência pública para debater a **adequação da inclusão de “despesas socioambientais” como custos operacionais** na formação das tarifas de Itaipu
- A questão é muito pertinente porque:
  - os **gastos socioambientais** aumentaram drasticamente nos últimos anos
  - houve **ampliação do escopo dos projetos enquadrados como despesas socioambientais** de Itaipu
  - Este aumento de gastos tornou-se o **principal empecilho para a modicidade da tarifa** de Itaipu nos últimos anos, em um momento que esperar-se-ia forte redução da tarifa devido à quitação da dívida contraída na construção da usina

- Entre 2021 e 2024 as despesas com projetos socioambientais de Itaipu **subiu de USD 301 milhões para USD 872 milhões (189% de aumento em 3 anos)**
- Se estas “despesas socioambientais” fossem excluídas a **tarifa de Itaipu cairia 31%** (de 19,28 para 13,29 USD/kW.mês)



Fonte: Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional.  
Elaboração: Instituto Acende Brasil.

## CLÁUSULAS DO TRATADO: REFERENTES AOS CUSTOS A SEREM CONSIDERADOS NAS TARIFAS

- O *Tratado de Itaipu* prevê uma remuneração com base no **custo de serviço para a prestação de serviços de eletricidade**
- O que constitui custo de serviço é especificado no Anexo C, devendo incluir o pagamento de:
  - *royalties*
  - remuneração do capital
  - a cessão de energia para a outra parte

### Artigo XV

O Anexo C contém as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da ITAIPU.

**Parágrafo 1º** - A ITAIPU pagará às Altas Partes Contratantes, em montantes iguais, "*royalties*" em razão da utilização do potencial hidráulico.

**Parágrafo 2º** - A ITAIPU incluirá, no seu custo de serviço, o montante necessário ao pagamento de rendimentos sobre o capital.

**Parágrafo 3º** - A ITAIPU incluirá, outrossim no seu custo de serviço, o montante necessário para remunerar a Alta Parte Contratante que ceder energia à outra.

## CLÁUSULAS DO TRATADO: REFERENTES A CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

- O Tratado de Itaipu também prevê a **cobertura de custos socioambientais**
- Mas os custos ambientais admitidos são **bem delimitados**, sendo os **diretamente associados** à:
  - **desapropriação de terras e suas benfeitorias** ou **constituição de servidões** requeridas para a instalação da usina
  - **instalação** da usina
  - **obras auxiliares** da usina
  - **exploração** da usina

### Artigo XVII

As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos.

**Parágrafo 1º** - A delimitação de tais áreas estará a cargo da ITAIPU, ad referendum das Altas Partes Contratantes.

**Parágrafo 2º** - Será de responsabilidade da ITAIPU o pagamento das desapropriações das áreas delimitadas.

## DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DO CUSTO DO SERVIÇO DE ELETRICIDADE

- O Anexo C especifica a **natureza dos dispêndios** que compõem o **custo do serviço de eletricidade**:
  - remuneração do capital
  - encargos financeiros dos empréstimos
  - amortização dos empréstimos
  - *royalties*
  - encargos de administração e supervisão
  - despesas de exploração
  - remuneração pela energia cedida à outra parte
  - compensação de saldo do ano anterior

### III - Custo do Serviço de Eletricidade

O custo do serviço de eletricidade será composto das seguintes parcelas anuais:

**III.1** – O montante necessário para o pagamento às partes que constituem a ITAIPU, de rendimentos de doze por cento ao ano sobre sua participação no capital integralizado, de acordo com o Parágrafo 1º do artigo III do Tratado e com o Artigo VI do Estatuto (Anexo A).

**III.2** – O montante necessário para o pagamento dos encargos financeiros dos empréstimos recebidos.

**III.3** – O montante necessário para o pagamento da amortização dos empréstimos recebidos.

**III.4** – O montante necessário para o pagamento dos "royalties" às Altas Partes Contratantes, calculado no equivalente de seiscentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora, gerado e medido na central elétrica. Esse montante não poderá ser inferior, anualmente, a dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, à razão da metade para cada Alta Parte Contratante. O pagamento dos "royalties" se realizará mensalmente, na moeda disponível pela ITAIPU.



## DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DO CUSTO DO SERVIÇO DE ELETRICIDADE

- O Anexo C especifica a **natureza dos dispêndios** que compõem o **custo do serviço de eletricidade**:

- remuneração do capital
- encargos financeiros dos empréstimos
- amortização dos empréstimos
- *royalties*
- encargos de administração e supervisão
- despesas de exploração
- remuneração pela energia cedida à outra parte
- compensação de saldo do ano anterior

**III.5** – O montante necessário para o pagamento à ELETROBRÁS e à ANDE, em partes iguais, a título de ressarcimento de encargos de administração e supervisão relacionados com a ITAIPU, calculados no equivalente de cinquenta dólares dos Estados Unidos da América por gigawatt-hora gerado e medido na central elétrica.

**III.6** – O montante necessário para cobrir as despesas de exploração.

**III.7** – O montante do saldo, positivo ou negativo, da conta de exploração do exercício anterior.

**III.8** – O montante necessário à remuneração a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente a 300 dólares dos EUA por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante. Esta remuneração se realizará mensalmente na moeda disponível pela ITAIPU.

## ALTERAÇÃO DA MISSÃO DA ITAIPU BINACIONAL

- Em 2003, Itaipu adotou uma **nova Missão Empresarial**
- Em 2004, a nova missão foi incorporada no **Planejamento Estratégico** de Itaipu
- Passaram a ser **financiados projetos nas áreas** de:
  - saúde
  - educação
  - saneamento
  - segurança
  - agricultura
- Também passaram a ser feitos **convênios e parcerias** com:
  - órgãos de governo
  - associações comunitárias
  - entidades acadêmicas

### RELATÓRIO ANUAL 2004 DA ITAIPU BINACIONAL

Na atual gestão os órgãos de administração superior da Entidade definiram, em 2003, uma nova Missão empresarial para a ITAIPU, em consonância com as orientações dos Governos do Brasil e do Paraguai, com ênfase à responsabilidade social e ambiental. Em consequência, foi promovida em 2004 intensa mobilização do corpo diretivo e funcional para a disseminação e incorporação dessa nova cultura, do que resultou uma reavaliação interna para otimização do uso dos recursos humanos, técnicos e financeiros para atender aos objetivos estabelecidos. Para o cumprimento do Plano Empresarial – documento que estabelece as linhas de atuação das diversas áreas com responsabilidade socioambiental – também foram intensificadas, durante o exercício, as ações que impulsionam o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico. Buscando melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, a ITAIPU incrementou significativamente sua participação nos programas sociais, mediante convênios e parcerias com órgãos de governo, associações comunitárias e entidades acadêmicas nas áreas de saúde, educação, saneamento, segurança, agricultura e outras.

## ACORDO ENTRE AS ALTAS PARTES POR MEIO DE NOTAS REVERSAIS

- Argumenta-se que tal **realinhamento da missão de Itaipu** foi sancionada por meio de acordo firmado entre os dois países pelos dois países por meio:
  - da **Nota Reversal 1** do Paraguai
  - da **Nota Reversal 228** do Brasil
- Tais entendimentos **não foram submetidos para aprovação do Congresso Nacional**
- Tal alteração acarreta **compromissos gravosos ao patrimônio nacional**

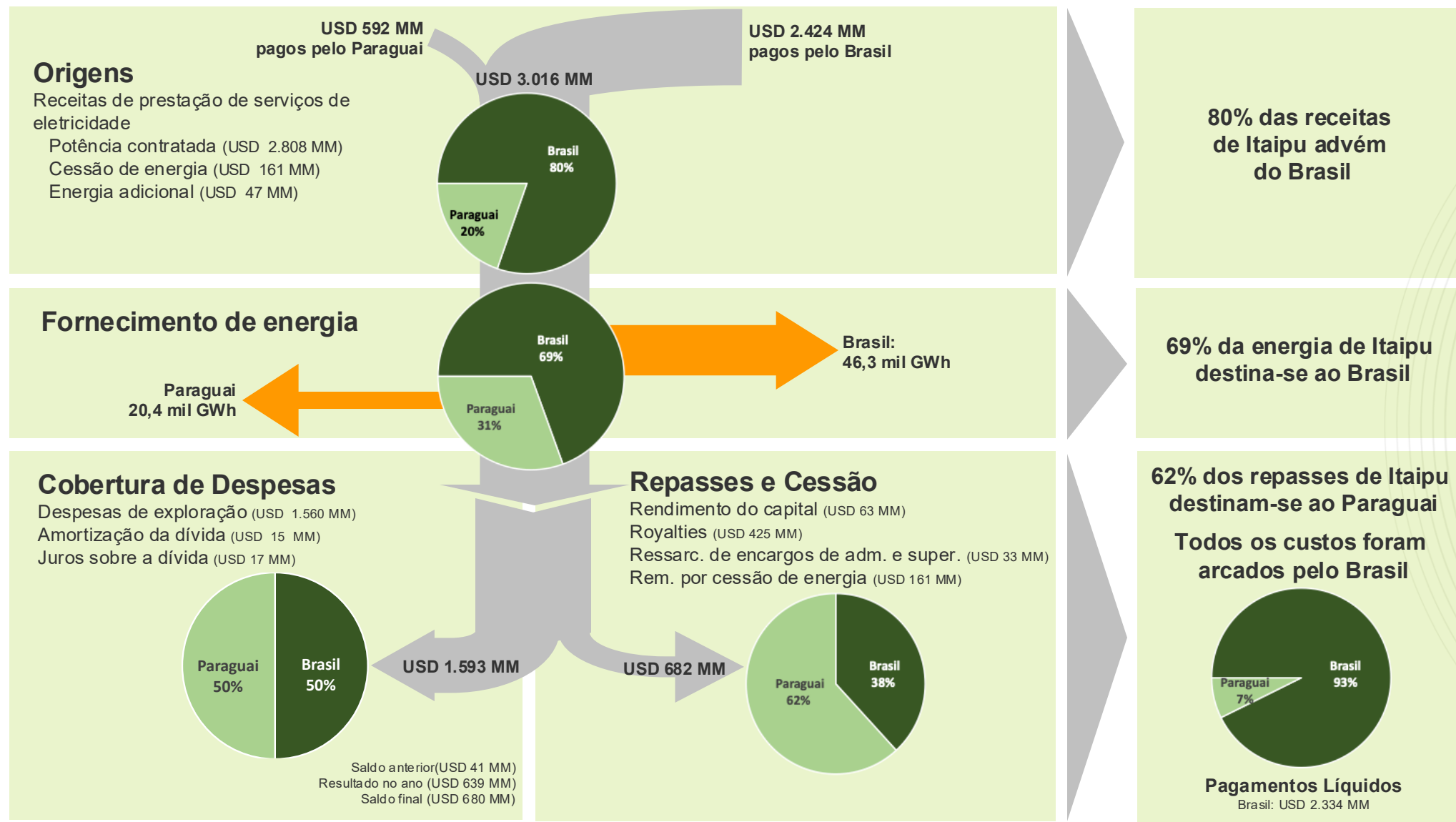
### NOTA REVERSAL 228 DE 31/03/2005

[...] informo a Vossa Excelência o entendimento do Governo brasileiro no sentido de que as iniciativas da ITAIPU Binacional no campo da responsabilidade social e ambiental devem inserir-se como componente permanente na atividade de geração de energia, de acordo com a missão, políticas e diretrizes fixadas, ou que vierem a ser fixadas, pelo Conselho de Administração da entidade binacional.

A presente Nota e a de Vossa Excelência, de idêntico teor [*Nota Reversal 1 do Governo do Paraguai*] e mesma data, constituem acordo entre os nossos dois Governos.

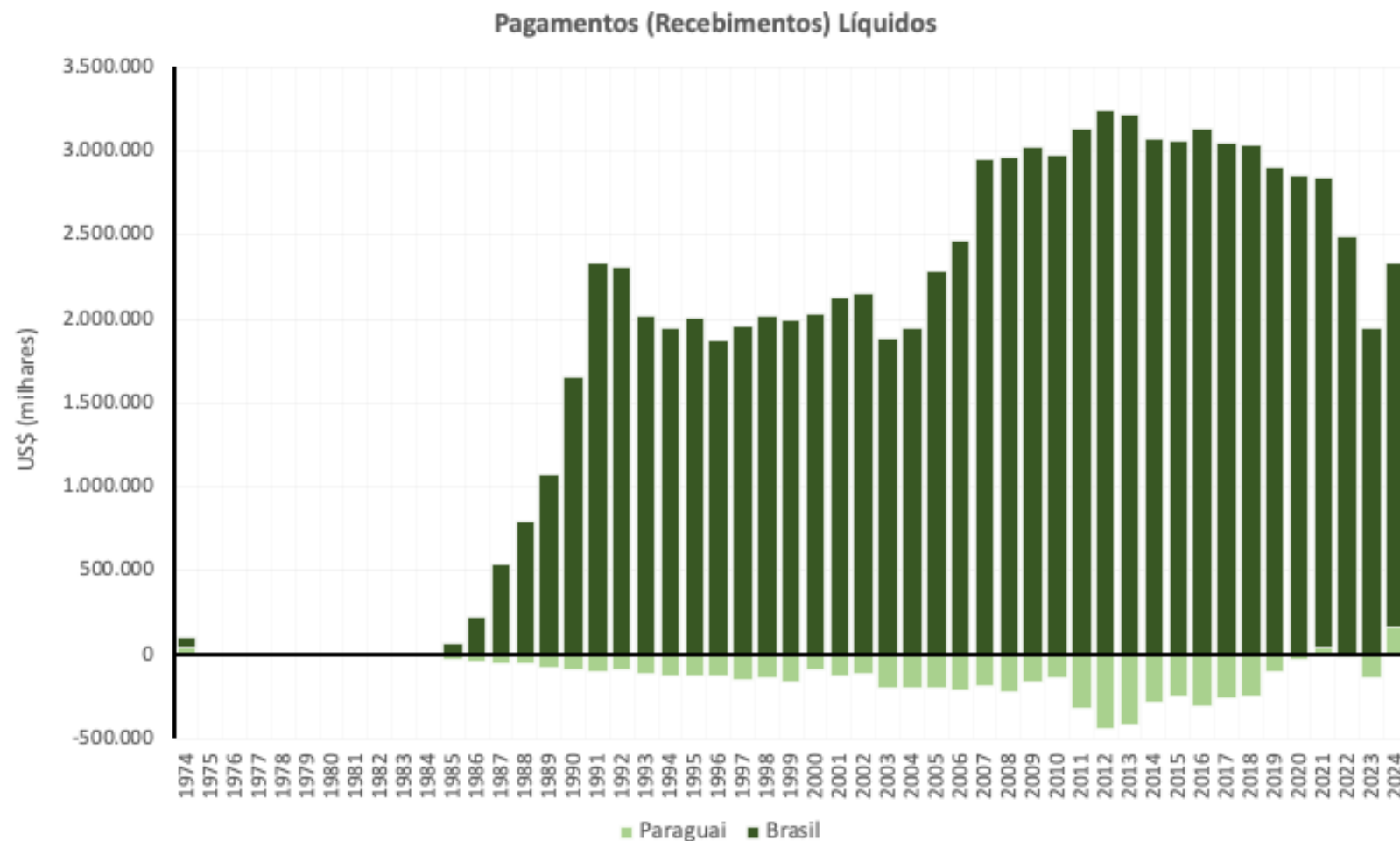


# Fluxo de Origem e Destino dos Recursos de Itaipu em 2024



Fonte: Demonstração das contas de Itaipu 2024. Análise e elaboração: Instituto Acende Brasil

# Itaipu: bom negócio, principalmente para o Paraguai



Fonte: Demonstrações Contábeis da Itaipu Binacional. Elaboração: instituto Acende Brasil.

Pagamentos (recebimentos) líquidos de cada país desde o início da Itaipu Binacional:

Brasil: pagou US\$ 89,8 bilhões


Paraguai: lucrou US\$ 5,9 bilhões

O custo de construção de Itaipu foi efetivamente **pago inteiramente pelo Brasil**

O Paraguai não apenas teve seu **suprimento de energia assegurado** pela Itaipu Binacional, mas também obteve uma **importante fonte de receita a partir da usina** neste período

## IMPACTO DA INCORPORAÇÃO DE CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

- O custeio de projetos socioambientais alheios a Itaipu tem o efeito de **eleva a tarifa de Itaipu**
- Dada a assimetria entre a divisão dos custos e benefícios de Itaipu, tal política tem o efeito de **eleva a transferência de recursos do Brasil para o Paraguai**
  - Os **custos de Itaipu são divididos na proporção da potência contratada** por cada país
  - Mas os **benefícios** (royalties, remuneração do capital, ...e agora projetos socioambientais) **são divididos em partes iguais**



Com base na proporção de pagamentos efetuados em 2024, **de cada USD 100 dispendidos em projetos socioambientais, USD 80 são pagos pelo consumidor de energia elétrica no Brasil**

### PARA REFLEXÃO

- **A inclusão destes projetos socioambientais – não relacionados à usina hidrelétrica – na conta de Itaipu (efetivamente estabelecendo um “orçamento paralelo”) é do interesse público?**
- **O custeio de projetos socioambientais, parte dos quais localizados no Paraguai, pelo consumidor de energia elétrica brasileiro é justo?**
- **O financiamento destes projetos sem os mecanismos de governança, monitoramento e fiscalização estabelecidos para os dispêndios orçamentários da União é prudente?**

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos que visa a aumentar o grau de **Transparência e Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro**. Para atingir este objetivo, adotamos a abordagem de **Observatório do Setor Elétrico** e estudamos as seguintes dimensões:

Para saber mais acesse:  
[www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br)

